

Estado, burocracia e poder: apontamentos sobre a teoria das elites e do poder

State, bureaucracy and power: notes on the theory of elites and power

Patricia da Silva Coutinho*

Resumo: Este estudo busca analisar as nuances do pensamento de Charles Wright Mills frente a teoria social contemporânea e sua “contraditória influência na sociologia norte-americana”, uma vez que sua concepção diminuta de “elite do poder” sepulta a burocracia como “modus operandi” da elite e de seus personagens, limitando os recursos burocráticos e administrativos do Estado. É importante destacar que este trabalho buscou salientar como suas formulações sobre o poder nortearam a organização social e a ideologia norte-americana.

Palavras-chaves: Poder; Charles Wright Mills; Elite; Burocracia.

Abstract: This study seeks to analyze the nuances of thought by Charles Wright Mills in the face of contemporary social theory and his “contradictory influence on North American sociology”, since his diminutive conception of “power elite” buries bureaucracy as a “modus operandi” of the elite and its characters, limiting the bureaucratic and administrative resources of the State. It is important to emphasize that this work sought to emphasize how his formulations about power guided the American social organization and ideology.

Keywords: Power; Charles Wright Mills; Elite; Bureaucracy.

Recebido em: 13/07/2023
Aprovado em: 23/10/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assistente social da Prefeitura de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7859-0683>

Introdução

Charles Wright Mills¹ (1916-1962) foi um sociólogo norte-americano, que elaborou diversas análises acerca da economia americana e da sociologia, descrevendo as relações e “alianças” de classe, entre as elites políticas, militares e econômicas dos EUA. O autor era mestre em Artes, Filosofia e Sociologia pela Universidade do Texas, e doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade de Wisconsin. Mills foi professor de Sociologia na Universidade de Columbia e de Maryland, e publicou diversos artigos e livros, quais destacamos, e trataremos posteriormente, “A Nova Classe Média” (The American Middle Classes - White Collar) publicado em 1951 e “A Elite do Poder” (The Power) de 1956.

Existem autores que afirmam que Mills foi responsável por popularizar o termo “nova esquerda”, através de sua preocupação com o “engajamento político” dos intelectuais na sociedade pós-Segunda Guerra Mundial. Foi através do livro “A Imaginação Sociológica” (“The Sociological Imagination”, 1959) que o escritor ganhou visibilidade, em que inspirado pelos preceitos weberianos, é realizado um chamado aos sociólogos e cientistas para que não abandonem a criatividade e reflexividade ao executarem seus estudos, buscando sempre a objetividade e a neutralidade do trabalho científico. O autor faz uma crítica a linguagem das pesquisas, asseverando que estas são desnecessariamente complicadas e inacessíveis ao grande público, pois para ele, o sociólogo, ou melhor, o intelectual, deve se engajar em debates públicos. Mills lançou críticas também ao patriotismo e a perspectiva de “funcionalismo estrutural” da produção de Talcott Parsons (“O Sistema Social”, 1951)” bem como ao conjunto da Sociologia norte-americana, considerada por ele como um “pensamento burocratizado no interior das universidades”. Em contrapartida, o autor propunha que a intuição e a imaginação do pesquisador pudessem levar ao seu comprometimento político com o tempo em que se vivia, e assim possibilitar a compreensão científica da realidade social contemporânea, assumindo então a “responsabilidade social”, e desenvolvendo a capacidade crítica mediante a sociedade em que viviam.

É evidente que para o autor havia uma nova forma de compreender as Ciências Sociais, agregando importância e materialidade para além do âmbito acadêmico, ampliando deste modo,

¹ Mills nasceu em 1916 na cidade de Waco, no Texas, é reconhecido por representar uma tendência supostamente marginalizada na Sociologia norte-americana, que é responsável por apresentar uma visão “crítica e militante” da sociedade. Nos anos 60 e 70 Mills foi um dos sociólogos norte-americanos de grande presença no Brasil, que diferente de Parsons, não demonstrava um “americanismo” exacerbado, mas uma leitura crítica, mesmo que superficial, da sociedade norte-americana e do sistema capitalista. Com influência de Max Weber, Wright Mills procurou conciliar o conceito de “classe social” com o de “status”, buscando explicar processos e transformações sociais. Deste modo, em seus estudos tentou explicar as estruturas de poder das elites, que compreendia como uma “nova classe”, uma “classe média” (e não uma classe dominante).

o papel social desta profissão. “A tarefa política do cientista social - como a de qualquer educador liberal - é traduzir continuamente as preocupações pessoais em questões públicas, e estas em termos de seu sentido humano para uma variedade de pessoas” (Mills, 1969, p. 200-203). É importante destacar que Mills escreve seus estudos referenciando-se à realidade estadunidense após a Segunda Guerra Mundial, em que o escritor observava o exercício do poder desempenhado unicamente por um “grupo restrito”, que detinham não apenas o poder político, mas também o poder econômico e militar da nação norte-americana. Apesar de existir resistência a esta “elite do poder” as demais instituições marginalizadas, acabavam por se subordinar aos três polos de poder já mencionados.

Deste modo, é importante destacar a ênfase que o sociólogo aponta a estes três polos centrais de poder: a política, a economia e as forças militares. Para Mills (1981)

Dentro de cada uma dessas três grandes ordens, a unidade institucional típica ampliou-se, tornou-se administrativa e, com a força de suas decisões, centralizou-se. Atrás dessa evolução, há uma tecnologia, guiando-a mesmo enquanto modela e condiciona seu desenvolvimento. **A economia** — antes um grande número de pequenas unidades produtoras em equilíbrio autônomo — tornou-se dominada por duas ou três centenas de empresas gigantescas, administrativa e politicamente ligadas entre si, e que juntas controlam as rédeas das decisões econômicas. **A ordem política**, outrora um conjunto descentralizado de algumas dúzias de Estados com uma débil espinha dorsal, tornou-se uma organização centralizada e executiva reunindo em si muitos poderes antes espalhados e que penetra atualmente em todas as reentrâncias da estrutura social. **A ordem militar**, antes uma frágil organização num contexto de desconfiança alimentado pelas milícias estaduais, passou a ser a mais ampla e mais cara das facetas do governo, e, embora bem versada no sorriso das relações públicas, tem agora toda a impiedosa e rude eficiência de um domínio burocrático em expansão. Em cada uma dessas áreas institucionais, os meios de poder ao alcance dos que tomam decisões aumentaram enormemente. Sua capacidade executiva central foi ampliada, e criaram-se e fortaleceram-se rotinas administrativas modernas. (Mills, 1981, p. 14-15, grifos nossos).

Alguns estudiosos declaram que os estudos de Mills, juntamente com de Vilfredo Pareto e de Gaetano Mosca, contribuíram para a teoria do “Elitismo”, e não apenas para uma “teoria do poder”, como o escritor é popularmente conhecido. O sociólogo sem dúvida foi responsável por influenciar o movimento da Nova Esquerda (New Left) nos EUA, chegando a “flertar” com o marxismo naquela época. Seu livro “A Elite do Poder” é considerado uma resposta aos governos liberais norte-americanos, que criticavam a ausência de democracia dos estados socialistas. Em diversos escritos do autor é denunciada a falácia da democracia Liberal, uma democracia formal. “A estrutura social dos Estados Unidos não é totalmente democrática. (...) Não conheço nenhuma sociedade que seja totalmente democrática - ela continua sendo um ideal” (Mills, 1969, p. 204).

Para autor havia um equívoco tamanho no uso da expressão marxiana “classe dominante”, pois este termo excluiria a noção de poder, e de uma “elite” formada pela exploração de outros setores não só o econômico. Deste modo, Mills realiza críticas ao pensamento marxiano², fundamentando uma explicação para a existência da elite e das massas através do poder.

A opinião marxista simples faz do homem das grandes empresas o verdadeiro depositário do poder; a opinião liberal simples faz do grande político o chefe do sistema de poder; e há quem considere os senhores da guerra praticamente como ditadores. São opiniões extremamente simplificadas. É para evitá-las que usamos a expressão “elite do poder”, ao invés de, por exemplo, “classe dominante”. “Classe dominante” é uma expressão cheia de conotações indesejáveis. “Classe” é um termo econômico; “dominante”, é político. A expressão encerra, portanto, a teoria de que uma classe econômica domina politicamente. Essa teoria simplista pode ou não ser por vezes autêntica, mas não desejamos tê-la implícita nos termos que usamos para definir nossos problemas. Queremos formular as teorias explicitamente, usando expressões de sentido mais preciso e unilateral. Especificamente, a expressão “classe dominante”, com suas conotações políticas habituais, não atribui autonomia bastante à ordem política e seus representantes, e nada diz sobre os militares. O leitor deve ter percebido, a esta altura, que não consideramos adequada a opinião simplista de que os homens da alta economia tomam, unilateralmente, todas as decisões de importância nacional. Sustentamos que essa opinião, um “determinismo econômico”, deve ser complementada pelo “determinismo político” e pelo “determinismo militar”; que os altos agentes de cada um desses três domínios têm frequentemente um apreciável grau de autonomia, e que somente pelos processos complexos da coalizão tomam e põem em prática as decisões mais importantes. São essas as razões principais de preferirmos “elite do poder” a “classe dominante” como frase caracterizadora das altas rodas, quando as consideramos em termos de poder. (...) Nem a ideia de uma “classe dominante” nem de uma simples ascensão monolítica de “políticos burocratas” nem de uma “igrejinha militar” é adequada. A elite do poder compreende a coincidência, por vezes difícil, do poder econômico, militar e político. (Mills, 1981: 328-329).

Netto (2016) relata acerca da “extraordinária figura” que foi o texano Charles Wright Mills, que deve ser considerado como um “acadêmico”, mas nunca enquanto “academicista”, pois divergia dos autores da sociologia norte-americana de tempo, em que dominava o “sofisticado conformismo do estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons (1902-1979)”. Mills buscava exaltar sua “objetividade” e “imparcialidade” com posições de esquerda, demolindo de modo nada diplomático a “regência intelectual parsoniana”.

A obra de Mills, legatária do chamado radicalismo da “era progressista” norte-americana dos primeiros anos do século XX e em cuja base está uma eclética mescla de Marx e Weber, é um dos componentes mais ponderáveis da

² De acordo com Netto (2016, n.p) Mills “concebe a obra de Marx como parte constitutiva da ciência social”, e relata que “sem a obra de Marx e outros marxistas, ela não seria o que é hoje; (...) *Quem não se viu às voltas com as ideias do marxismo não pode ser um cientista social competente; quem acredita que o marxismo encerra a última palavra, também não o pode ser*” (p. 13; itálicos não originais).”

emergência e expansão da sociologia crítica nos Estados Unidos. (...) No entanto, não me parece que a partir dela se tenha constituído uma qualquer “escola” sociológica, o que não equivale a minimizar a sua influência, seja na academia (norte-americana ou não), seja sobre personalidades e movimentos sociais. (Netto, 2016, n.p).

É importante relatar neste estudo que, além de elogiar a “obra de peso, sólida e densa”, Netto (2016) destaca duas de suas dimensões

A primeira diz respeito à teoria sociológica: a contribuição de Mills foi além da crítica corrosiva ao generalizado empirismo rasteiro da sociologia norte-americana e ao pensamento de Parsons – a “grande teoria” –; ademais de apresentar, em alternativa à divulgada por este, uma leitura diversa de Weber, Mills propôs um diferente estilo de pensar e exercitar a sociologia, sublinhando a sua função social ou, mais precisamente, a responsabilidade social do sociólogo. **E a segunda** se mostra no seu esforço para analisar a sociedade norte-americana do seu tempo, com uma perspectiva abrangente do seu particular sistema de estratificação social, esforço que já comparece na sua pesquisa, de 1948, sobre as lideranças (...) – e que se completa em *A elite do poder* e *A nova classe média* (White Collar). Não me parece possível compreender os Estados Unidos de meados do século XX sem o recurso a tais trabalhos, ainda que se possa discordar de muitas das suas inferências. (Netto, 2016, n.p).

Burocracia e poder: apontamentos iniciais sobre a teoria das elites e do poder em Charles Wright Mills

Neste item, faremos a análise de algumas produções de Mills, buscando apreender aspectos importantes que o autor trabalhou ao longo de sua literatura. No livro “A imaginação sociológica”, Mills (1969) pontua sobre o conceito de poder e de coação

O "poder", como a palavra é hoje usada geralmente na ciência social, relaciona-se com quaisquer decisões tomadas pelos homens em relação aos sistemas de acomodações sob as quais vivem, e sobre os acontecimentos que constituem a história de seu período. Os acontecimentos que podem estar fora da decisão humana ocorrem; os arranjos sociais se modificam sem o benefício da decisão explícita. Mas na medida em que essas decisões são tomadas e (na medida em que o poderiam ser, mas não são) o problema de quem está envolvido em tomá-las (ou deixar de tomá-las) é o problema básico do poder. Não podemos supor hoje que os homens devam, em última análise, ser governados pelo seu próprio consentimento. Entre os meios de poder que hoje predominam está o poder de influir e manipular no consentimento dos homens. Não conhecemos o limite desse poder e esperamos que tenha limites, mas isso não elimina o fato de que grande parte dele é hoje empregado com êxito, sem a sanção da razão ou a consciência do obediente. Sem dúvida não precisamos, em nossa época, argumentar que em última análise a coação é a forma "final" de poder. Mas não estamos constantemente em última análise. (Mills, 1969, p. 49)

O autor cita que a “autoridade” (poder justificado pelas convicções dos que obedecem voluntariamente) e a “manipulação” (poder desfrutado sem o conhecimento dos impotentes) devem ser também analisados levando-se em consideração a “coação”, para assim desvendar

“a natureza do poder” (Mills, 1969, p. 49). Porém, observa-se que no mundo moderno cada vez menos o poder “se reveste de autoridade”, em comparação com o período medieval. Para o sociólogo norte-americano “toda política é uma luta pelo poder; e a forma básica do poder é a violência” (Mills, 1981, p. 171). O escritor alega ainda que “as ideologias que existem à disposição dos poderosos não são, com frequência, utilizadas” (Mills, 1969, p. 50). “As ideologias surgem habitualmente como uma reação a um desmascaramento efetivo do poder” (*idem*). Neste sentido, Mills critica a "teoria geral" parsoniana, que ao supor uma "hierarquia de valores" em toda sociedade acaba encapsulando a compreensão da realidade do poder nas estruturas institucionais, particularmente na esfera econômica, política e militar. Deste modo, não são explícitas as “estruturas de domínio”, as ideologias.

O livro “A nova classe média”, escrito em 1951, é considerado por alguns autores como uma análise da “posição social”, da situação de trabalho, “ideologias” e dos tipos “racionalidade” da classe média norte-americana de sua época. Além de uma linguagem acessível, Mills apresentava em seus escritos certa “aspereza”. Permeando alguns preceitos da tradição weberiana, o autor busca realizar uma análise crítica do processo de burocratização da vida do sujeito social na contemporaneidade, afirmando que os indivíduos são subordinados as rotinas das instituições, que passam a controlar o destino de cada um, esmagando potencialidades e talentos. Para o sociólogo americano estas poderosas instituições, através da concentração econômica, furtam dos indivíduos a potencialidade de inovação e a capacidade criativa, debilitando a possibilidade de êxito empresarial e empreendedor do pequeno proprietário. Observa-se neste sentido, que a análise da “desigualdade social” capitalista é referenciada por Mills à uma lógica estrutural-funcionalista, em que as instituições com seus processos de organização é que são responsáveis pelos “fracassos” dos trabalhadores, sem levar em consideração o aspecto de totalidade das relações sociais.

Neste estudo, o autor busca explorar as alterações na organização, na relação e na estrutura das classes sociais norte-americanas, certificando que existe uma “nova classe média”, composta pelo “universo dos colarinhos-brancos”; uma elite que detém não apenas o poder político e econômico, mas também o poder militar. Mills (1976) constatava que as antigas classes médias foram alteradas mediante a transformação da propriedade³, a experiência do “desastre rural” e a “nova dinâmica de negócios”, chegando a apontar a existência de uma

³ Mills (1976) afirmava que “apesar das vítimas e das falências, a camada empresarial, como um todo, subsiste, e em determinadas fases do ciclo econômico alguns de seus membros vivem bastante bem. A maioria, no entanto, já não detém a função empresarial; não são mais produtores independentes. Nesse sentido, seu declínio provém, sobretudo, da modificação da natureza da concorrência observada na ordem econômica do século XX”. (Mills, 1976, p. 54).

espécie de “Lumpen-burguesia”.

Se podemos falar de um lumpen-proletariado, distinto da classe operária, podemos igualmente falar de uma lumpen-burguesia, distinta dos outros elementos da classe média. De fato, há tamanha diferença entre os níveis inferior e superior do mundo dos empresários que talvez seja impossível classificá-los juntos. Na cidade, a lumpen-burguesia é composta de uma multidão de firmas com altos índices de mortalidade, que realizam apenas uma fração das vendas totais em suas linhas de atividades e empregam um número de pessoas proporcionalmente maior ao que permitiria sua participação no mercado. (...) A verdadeira lumpen-burguesia, porém, não emprega pessoal nenhum: o proprietário e os membros de sua família fazem todo o trabalho, frequentemente noite adentro. (Mills, 1976, p. 49).

Neste âmago, o autor apontava para a “tenacidade política” destas “velhas classes médias” (Mills, 1976, p. 75), que ainda subsistem na sociedade norte-americana. O mundo do pequeno empresário (ou negociante) foi perpassado por diversas tensões econômicas, em que Mills apontava a existência de uma luta política travada entre os pequenos proprietários (agricultores) e os grandes proprietários (industriais e financeiros), e não entre proprietários e não-proprietários. “A política transformou-se numa luta entre diferentes tipos e tamanhos de propriedade, enquanto uma parte crescente da população não tinha propriedade alguma, e cada vez menos possibilidade de adquiri-la” (Mills, 1976, p. 75).

Para o sociólogo o grande elo entre a empresa e a propriedade – o que condiciona a democracia clássica – foi rompido na América, pois através da concentração da propriedade alterou-se as bases da estrutura social. Não existe mais uma sociedade de pequenos empresários – pois hoje, estes formam uma camada social entre outras. Acima desta camada estão o que o autor intitula de “altas finanças”; abaixo está o “empregado alienado”; adiante um destino de relíquias politicamente dependentes; e atrás, “o seu mundo” (Mills, 1976, p. 79). Para o pequeno empresário e seus defensores resistirem as mudanças, deveriam conservar a produção em um nível de pequena escala, o que fora impossível frente ao desenvolvimento das forças produtivas. Deste modo, o pequeno empresário ficou estagnado em um estágio inicial das relações capitalistas, não obtendo forças para resistir a este desenvolvimento, e passou a exigir do Governo a garantia de subsistência e de rentabilidade de suas pequenas propriedades.

De acordo com Mills (1976), no início do século XIX, a maior parte da população ativa era formada por empresários independentes, passando a ser minoria já em 1940. Já neste cenário, encontravam-se entre os trabalhadores, os membros da nova classe média, os “colarinhos-brancos”, que recebiam salário-mês, configurando uma mudança da estrutura ocupacional. Deste modo, o autor anuncia que os empregados que passaram a compor a “nova classe média” não configuravam, no entanto, uma camada social compacta. Mills sustenta que naquela época, os três maiores “grupos ocupacionais” na camada dos colarinhos-brancos eram

os “professores, os vendedores, trabalhando dentro ou fora das lojas, e os vários tipos de empregados de escritório” (Mills, 1976, p. 84). Esta transformação da classe média representava negativamente para o sociólogo a passagem da propriedade para a não-propriedade, e positivamente, a passagem de uma estratificação social baseada na propriedade para uma estrutura baseada na ocupação, o que o faz salientar a importância de se analisar a “economia e a sociologia das profissões”. Neste sentido, é possível observar que Mills em suas análises considera alternativas para o capitalismo para além da revolução, bem como chega a realizar “discursos meritocráticos”. Não obstante, o autor desloca a noção de mais-valia da produção para uma ótica gerencialista, preocupando-se com a inserção massiva de maquinário, e com a queda de “indivíduos que manipulam objetos”, e o aumento de indivíduos que cada vez mais manipulam “pessoas e símbolos” (Mills, 1976, p. 86).

Em meados do século XX, Mills já vislumbrava importantes tendências na transformação das qualificações exigidas da nova categoria de profissionais especializados que surgia nos Estados Unidos, já detectando essa propensão ao crescimento do peso relativo das profissões mais notadamente informacionais.

Essa transformação das qualificações exigidas é apenas outra forma de descrever a ascensão dos empregados de colarinho branco, pois suas capacidades características referem-se à manipulação de papéis, de dinheiro e de pessoas. (...) São as pessoas que tomam nota, manejam a papelada necessária à distribuição da produção. Fornecem serviços técnicos e pessoais e ensinam aos outros as qualificações que eles próprios exercem, assim como as outras capacidades transmitidas pelo ensino. (Mills, 1976, p. 86).

Para o estudioso, haviam três tendências que explicavam o crescimento acelerado da categoria dos “colarinhos-brancos” entre as modernas ocupações: “o crescente aumento da produtividade da maquinaria empregada na indústria, o desenvolvimento da distribuição e a ampliação das funções de coordenação” (Mills, 1976, p. 86). Deste modo, o poder para o autor estava também interligado ao conhecimento técnico, necessário ao progresso do maquinário, pois para Mills (1976) foi a tecnologia a maior responsável pela redução do número de trabalhadores necessários ao volume de produção, e não a maior rentabilidade e lucratividade do capitalista, na busca pela expansão da mais-valia. Neste sentido, o pesquisador atesta que estas alterações levaram a mudanças nas proporções relativas à qualificação e a destreza técnica, pertencente a “elite dos engenheiros”. Mills (1976) aponta que um dos motivos principais da expansão dos empregos de “colarinho-branco”, esta nova classe média, se deve ao desenvolvimento das grandes empresas privadas e públicas, e, conseqüentemente, o crescimento regular da burocracia, que é conceituada pelo mesmo como “uma tendência da estrutura social moderna” (Mills, 1976, p. 89). Este ponto de análise é essencial para

compreender a interlocução que o autor realiza entre a burocracia, a elite e o poder.

Em cada setor da economia, à medida que as firmas se fundem e as grandes companhias se tornam predominantes, os empresários independentes transformam-se em empregados; em vez do livre “movimento de preços”, são os cálculos dos contadores estatísticos, guarda-livros e escreventes que funcionam como agentes coordenadores do sistema econômico. A ascensão de milhares de pequenas e grandes burocracias e a minuciosa especialização do sistema em geral criam a necessidade de que muitas pessoas planifiquem, coordenem e administrem as novas rotinas desempenhadas por outros. O desenvolvimento de unidades de atividades econômicas cada vez maiores e mais complexas aumenta a proporção de empregados dedicados a tarefas de coordenação e gerência. Há necessidade de dirigentes, técnicos e empregados de escritório de todos os tipos - supervisores de seção, contramestres, chefes de escritório; pessoas às quais os seus subordinados prestam contas e que, por sua vez, devem prestar contas a seus supervisores, elos das cadeias de poder e obediência, coordenando e supervisionando as experiências, funções e capacidades de outros. (Mills, 1976, p. 89).

O sociólogo norte-americano reforça a existência de uma “pirâmide dos colarinhos-brancos”, que é delimitada não apenas pelo critério do tipo de emprego, mas pela classificação de cada um quanto a “posição social”. Além das atividades específicas que as ocupações estarem vinculadas a diferentes tipos e níveis de especialização, seu exercício preenche também determinadas funções dentro de uma divisão industrial do trabalho. Nessa acepção, além de servir como fonte de renda, as ocupações respaldam para o autor a “situação de classe”, “ao prestígio” e ao “status do indivíduo”. “As ocupações, portanto, estão vinculadas à classe, status, e poder, assim como a especialização e a função” (Mills, 1976, p. 91). Deste modo, estes trabalhadores colarinhos branco “estão em estreita ligação com cargos de direção”, e são “auxiliares da autoridade; o poder que exercem é atribuído por outros” (Mills, 1976, p. 94). Mills (1976) assegurava que a “situação de classe” era determinada pelo montante e pela fonte de renda, esta compreendida não mais pelo acúmulo de propriedade, mas pelo emprego e função que desempenhava em determinada ocupação. Como os colarinhos-brancos são menos numerosos, estes tendem a ter mais “prestígio” na sociedade.

Frente as transformações advindas com o “desenvolvimento e centralização dos meios de administração” no século XX, Mills (1976) aponta para o “crescimento de dirigentes” em todas as esferas da sociedade moderna, onde o “tipo humano do gerente” transforma-se em uma figura cada vez mais importante na estrutura social. Estes “demiurgos administrativos” (como o autor “diceriosamente” os caracteriza) ou “novos homens de cúpula”, são considerados como produtos de um século de modificações nas classes superiores, e são escolhidos dentro das novas burocracias, onde passa a ser engendradas suas personalidades.

Seu papel no interior dessas burocracias e o papel das burocracias na estrutura social determinam o campo de ação do demiurgo administrativo. Esse estilo

de vida burocrático é tão influente e penetrante, que com o tempo, os tipos mais antigos de homens de boas posições terminam por mudar de caráter e de maneira de trabalhar para se ajustarem à corrente administrativa, sob pena de perderem suas anteriores posições. (Mills, 1976, p. 97).

Para o autor a palavra “burocracia”, além de ser um qualificativo que serve à vários objetivos, é um “vestígio da idade heroica do capitalismo”, em um tempo em que “o empresariado da classe média lutava contra a campanha mercantil e a dinastia monarquista” (Mills, 1976, p. 98). Destarte, o pesquisador anuncia três motivos principais pelos quais classifica a palavra “burocracia” como “inexata e enganosa”

1) quando o dirigente de uma companhia faz objeções à burocracia, tem em mente os programas do Governo federal, e apenas na medida em que são contrários aos interesses de sua burocracia particular. 2) A maior parte do desperdício e ineficiência associados no conceito popular a esse termo é, de fato, devido a uma estrita e completa burocratização. A “bagunça”, e certamente o suborno, que predominam no exército americano são antes o produto de uma permanência da mentalidade empresarial em seu pessoal de que uma tendência inerente à burocracia em si mesma. Descritivamente, a burocracia refere-se a uma hierarquia de escritórios, cada uma com sua área específica de administração e sua equipe de especialistas. Neste sentido, a burocracia é o tipo mais eficiente de organização social que se conhece. 3) A burocracia governamental é, em grande parte, uma consequência, um plano público do desenvolvimento da burocracia privada que, centralizando a propriedade e equipamento, liderou a tendência. A própria amplitude da empresa moderna, que concentra o progresso tecnológico e as decisões financeiras, obriga à criação de organizações centralizadoras submetidas à regras formais e subdivisões racionais em todos os setores da sociedade, e especialmente no Governo. (Mills, 1976, p. 98).

Mills (1976) relata que com a transformação social, analisando como pano de fundo a economia americana, tanto o Governo, quanto as “burocracias privadas” são fortalecidas e aperfeiçoadas (enquanto organização racional), e apesar de em suas negociações, a burocracia do Governo e das empresas se oporem, acabam se entrosando por completo. Deste modo, por trás do “demiurgo administrativo”, é velada a gerência como uma “autoridade centralizada” (Mills, 1976, p. 100), em que apesar dos colarinhos brancos compoem parte da administração, esta gerência é muito maior. Estes indivíduos são apenas instrumentos da gerência, servidor das decisões, assistente da autoridade, estando mais próximos da administração do que dos operários. Deste modo, podemos inferir que para o autor as carreiras do novo empresariado e do simples empregado de colarinho branco tendem a ser administradas por outros homens ainda mais poderosos, que são “os altos dirigentes”, “os gerentes das grandes empresas”, que formam a “elite econômica” da nova sociedade.

A partir da expansão das empresas modernas, Mills (1976) relata que as propriedades

aumentaram e o poder e o controle direto dos proprietários⁴ diminuiu, sendo exercido de modo indireto. Ocorre, no entanto, que para o sociólogo, a separação entre propriedade e gerência, tende a aumentar o poder da propriedade, já que não apenas a função empresarial é burocratizada, mas ocorre a burocratização geral das relações de propriedade, mediante a distribuição do exercício do poder dentro do conjunto da classe proprietária⁵. No entanto, de modo bastante pragmático, Mills afirma que a acumulação de poder depende de alguns fatores (isto para qualquer camada social): “a vontade e habilidade, oportunidade objetiva e a organização” (Mills, 1976, p. 318), em que

a oportunidade é limitada pela posição estrutural do grupo; a vontade depende da consciência que o grupo tem de seus interesses e das maneiras de defendê-los. A posição estrutural e a consciência interagem com as organizações, que reforçam a consciência e se tornam politicamente relevantes, de acordo com a posição do grupo na estrutura social. (Mills, 1976, p. 318).

Aparentando parafrasear os escritos marxianos, Mills admite que “a posse de uma propriedade significa hoje muito mais do que o poder sobre as coisas possuídas; significa o poder sobre os homens que não tem essas coisas. É a propriedade que determina quem deve comandar e quem deve obedecer” (Mills, 1976, p. 125). Em suas análises, o autor aponta então a existência de três tendências que dão sentido e forma ao desenvolvimento do sistema do “demiurgo administrativo” nas instituições: “I) tanto as funções superiores quanto as inferiores da hierarquia foram racionalizadas; nesse processo. II) a empresa e o escritório tornaram-se fetiches; III) as formas de poder exercidas em todas as categorias passam da autoridade explícita para a manipulação de consciências” (Mills, 1976, p. 125). No entanto, aprofundando suas análises, o autor passa a afirmar que o poder está ligado a decisões “a experiência técnica e política”, que são características diferenciadas em uma “elite” e na grande massa de trabalhadores, ou seja, os homens e mulheres comuns (Mills, 1981, p. 8). Deste modo, para o sociólogo a burocracia e o poder acabam se relacionando de modo concatenado, pois a utilização racional dos recursos, ou melhor do trabalho em si, resulta em uma determinada elite, que passa a regular e ponderar sobre as decisões, ou seja, acessar (de diferentes modos) o poder, assim é notável as aproximações dos conceitos formulados pelo autor com a concepção de burocracia weberiana.

Além de expressar que as bases do poder da sociedade norte-americana estariam nos

⁴ De acordo com Mills (1976) os proprietários são as pessoas que possuem direitos legais a participação dos lucros, e que delega àqueles que dirigem suas empresas a defesa de seus interesses. Já os gerentes são os indivíduos que detém o controle administrativo da empresa, e executam sua direção. (Mills, 1976, p. 120).

⁵ Em “A Nova classe média” (1976) é apenas ao final de suas análises, e de modo superficial, que Mills discute sobre “Os caminhos do poder”, e realiza indicações acerca do papel político desta nova classe média, porém passaremos a nos ater ao aprofundamento destas análises presentes no livro “A elite do Poder” (1981).

domínios econômicos, político e militar – como já citado na introdução deste estudo – o autor relata a existência das “altas rodas”. A elite americana é marcada não apenas por “homens de negócios” - indivíduos que ocupam posições importantes na economia, mas também por homens que transcendem do círculo econômico para o político, homens com significativo poder de “influência e de decisões”. Deste modo, para Mills (1981) o poder é completamente interligado às decisões da sociedade, e neste sentido, diferencia a elite (detentora deste poder) da massa (composta por homens e mulheres “comuns”), e ainda, diferencia os atores envolvidos nos diversos níveis do poder. O autor atesta que os membros da elite tomam decisões de “grande consequência”, e ao ocuparem postos tão fundamentais,

(...) comandam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem. A elite do poder não é de governantes solitários. Conselheiros e consultores, porta-vozes e promotores de opinião são, frequentemente, os capitães de seus pensamentos e decisões superiores. Imediatamente abaixo da elite estão os políticos profissionais dos níveis médios do poder, no Congresso, e nos grupos de pressão, bem como entre as novas e as antigas classes superiores da cidade, da metrópole e da região. De mistura com eles, por processos curiosos que examinaremos, estão as celebridades profissionais, vivendo de serem exibidas constantemente, mas que nunca, enquanto permanecem celebridades, são exibidas o suficiente. Se tais celebridades não estão à testa de qualquer hierarquia dominante, frequentemente têm, por outro lado, o poder de distrair a atenção do público ou proporcionar sensações às massas ou, mais diretamente, de ser ouvidas pelos que ocupam posições de poder direto. (Mills, 1981, p. 12).

Para compreender a elite americana é necessário, porém, elucidar que além dos acontecimentos históricos que desenham os atores desta elite, estão situadas as principais instituições da sociedade moderna, ou seja, são as relações hierárquicas do Estado, das empresas e do exército que constituem os meios de poder. O estudioso argumentava que a chave sociológica para compreender o papel das “altas rodas” de decisão e poder na América, efetivava-se na medida em que as cúpulas destas instituições fossem mapeadas, pois ocupavam os pontos de comando da sociedade moderna. Assim, é através dos domínios político, econômico e militar, que a elite passa a ocupar postos do Estado, galgando unidade institucional para uma unidade administrativa através do desenvolvimento de tecnologias, o que amplia a capacidade executiva central destas áreas, e ainda fortalece as rotinas administrativas. É deste modo, que situamos a análise de burocracia de Mills (1981), que de modo raso e superficial, interliga a capacidade e evolução de rotinas administrativas ao poder da elite.

Se há intervenção governamental na economia das grandes empresas, há também interferência destas no processo de governo. No sentido estrutural, esse triângulo de poder é a fonte das diretorias interligadas, de grande

importância para a estrutura histórica do presente. Essa interligação se revela claramente em todos os pontos de crise da moderna sociedade capitalista — nas depressões, nas guerras e nas altas repentinas do mercado. Os homens que tomam decisões são, então, levados à consciência da interdependência das principais ordens institucionais. (Mills, 1981, p. 16).

No entanto, este conceito de “elite do poder” não se baseia apenas na correspondência das hierarquias institucionais em questão, ou nos muitos pontos em que seus interesses coincidem. Para Mills (1981, p. 329) “a elite do poder, também depende da identidade entre os que a formam, de suas relações pessoais e oficiais entre si, de suas afinidades sociais e psicológicas”, em que se interligam “a origem, carreira e estilo de vida de cada um dos tipos de círculo cujos membros compõem a elite do poder” (*idem*). Destarte, a elite do poder da América é formada pelos líderes destas três áreas, esta cúpula (“senhores da guerra”, “chefes de empresas” e “diretório político”) compõe as “altas rodas”, e fazem interface ao constituir um “escalão superior” – articulando poder, dinheiro e prestígio. O poder para autor apresenta necessariamente um feitiço funcionalista e institucional, mas é contraditório ao subjetivar esta categoria ao prestígio e apenas aos “cargos” que são ocupados por seus agentes, tanto quanto representar a riqueza de modo “institucionalizado”.

Em suas análises o autor declara que as relações com o Estado são capazes de determinar as oportunidades de aquisição de riquezas, e, rendimentos (modernas formas de propriedade). Apesar da importante consideração acerca das empresas modernas, o autor situa os membros da elite em um “extrato social elevado”, ampliando, ou melhor, desconfigurando a noção de classe social marxista⁶, pois considera a existência de um círculo de “classes sociais superiores” - “grupo de status” (Mills, 1981, p. 20). Há uma noção de “coesão” implícita na perspectiva de “classe social” que elucida o sociólogo no estudo sobre as elites americanas, apesar de criticar análises que julga “conservadoras” (ou que afirma tratar com subjetivismo o tema), a pesquisa de Mills remete a uma coesão etérea, ou melhor, “imaterial”. Isentando o debate de consciência, a elite

forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social. As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não são. Têm certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante.

⁶ Ressaltamos que Mills afirma que a dinâmica de crescimento do capitalismo é responsável por aumentar (absoluta e relativamente) a proporção de “trabalhadores de escritório” e de “colarinhos-brancos” não integrados ao proletariado tanto politicamente, quanto economicamente. Assim, em termos, desenvolve análises sobre a “classe média”, que descende de modelos teóricos da estratificação social, levando em consideração aspectos como “status/prestígio e renda”.

Não pretendemos, pela nossa definição, prejudicar se a elite dos postos de comando pertence conscientemente a essa classe socialmente reconhecida, ou se proporções consideráveis da elite vêm de uma classe assim tão clara e distinta. (...) A noção desse estrato dominante implica assim que a maioria de seus membros tem origens sociais semelhantes, que durante toda a sua vida mantêm uma rede de ligações informais, e que há um certo grau de possibilidade de intercâmbio de posição entre as várias hierarquias de dinheiro, poder e celebridade. (Mills, 1981, p. 20-21).

Para compreender a elite como “classe social”, Mills afirma que é necessário perceber que é “um grupo de homens” nos postos de comando responsável por selecionar e formar certos tipos de “personalidade, rejeitando outros”. “A elite é um conjunto de altas rodas cujos membros são selecionados, preparados e comprovados, e aos quais se permite acesso íntimo aos que comandam as hierarquias institucionais impessoais da sociedade moderna” (Mills, 1981, p. 24). O sociólogo afirma que existem quatro conceitos que podem definir esta elite – nunca devendo ser analisada como “um todo”, para não correremos o risco de haver uma “falta de rigor analítico e imaginação sociológica” (Mills, 1981, p. 25). **O primeiro** conceito define as elites “em termos da sociologia da posição institucional e da estrutura social que essas instituições formam”; já a **segunda** orientação direciona a elite em termos da “estatística dos valores escolhidos”; uma **terceira** vertente a condiciona em termos de participação “de um conjunto de pessoas semelhantes a uma ‘igrejinha’”; e o **quarto** conceito relaciona a elite a “moralidade de certos tipos de personalidade”. Mills (1981) simplifica “em termos menos elegantes” os quatro conceitos: “o que aparentam, o que têm, aquilo a que pertencem, e quem realmente são” (Mills, 1981, p. 25). Porém, o autor toma como genérica a interpretação da elite definida em termos da posição institucional, por isto elabora uma análise “estruturalista-pragmática” do poder e das elites, que alterna diversos conceitos da psicologia e sociologia. Abstraindo “vantagens prática e teóricas” desta da concepção “direta e simples” de elite Mills reconhece que sua explanação sobre o tema é uma forma “fácil e mais concreta de atingir o problema” pois busca sistematizar o volume de informação para a reflexão sociológica sobre os círculos e instituições das elites, ao mesmo tempo que, através de uma definição “institucional ou estrutural” da elite americana, é possível não “pré-julgar uma definição” e assim construir um conceito analítico mais preciso.

O sociólogo avalia que a elite deve ser considerada como “onipotente” – e não como “impotente” – detentora de um poder “como um grande projeto oculto” (Mills, 1981, p. 26), que historicamente jamais é medido como um “agente totalmente visível”. Neste sentido são realizadas críticas a esta concepção de espírito liberal de uma elite impotente, sem coerência ou força histórica, destituída de poder, observando a existência de uma espécie de “gradação de poder”, dentro de cada uma das ordens institucionais poderosas da sociedade moderna.

Mills (1981) afirma que existem três pontos principais para compreender a elite do

poder: primeiro ponto se refere a “psicologia das várias elites em seus respectivos meios”, pois apesar das diferenças entre as origens educação e cultura, os membros dos “círculos superiores”, por terem carreiras e estilos de vida semelhantes, acabam por criar uma base psicológica e social comum. Para o autor, no entanto, esta base unidade “atinge seu ápice mais frívolo na partilha do prestígio que há para ser desfrutado no mundo da celebridade. Atinge uma culminância mais sólida no fato de serem intercambiáveis as posições dentro e entre as três instituições dominantes” (Mills, 1981, p. 29). O segundo ponto, se refere a “estrutura e a mecânica das hierarquias institucionais presididas pelo diretório político, pelos ricos associados e pelos altos militares” (Mills, 1981, p. 30). Para este estudo é essencial revelar que a base burocrática desta elite estaria, para Mills, associada a uma estrutura psicológica e social, pois “Quanto maior a escala desses domínios burocráticos, maior o alcance de suas respectivas elites de poder” (*idem*).

A forma que tomam essas hierarquias principais e as relações que têm com as outras hierarquias determinam, em grande parte, as relações dos que as controlam. Se as hierarquias são dispersas e desunidas, as respectivas elites tendem a ser dispersas e desunidas; se têm muitas interligações e pontos de interesse coincidentes, então suas elites formam um agrupamento coerente. A unidade da elite não é um simples reflexo da unidade das instituições, embora homens e instituições estejam sempre ligados, e nosso conceito de uma elite do poder nos convida a determinar essa relação. Há hoje na América várias importantes coincidências de interesses estruturais entre esses domínios institucionais, inclusive no desenvolvimento de uma organização de guerra permanente, promovido por uma economia particular dentro de um vazio político. (Mills, 1981, p. 29).

É interessante observar que a existência de uma elite “coesa” é, em termos, contrária à ideia liberal da concorrência, ou até mesmo aos novos ditames do capital imperialista, seus trustes, carteis e associações, que ao invés de tomarem forma de celebridade, buscam explorar suas bases materiais, e assim se fundem, e não sob aspectos culturais ou psicológicos.

O terceiro aspecto se refere a indicativa contraditória de Mills de que a unidade da elite não se refere nem apenas a “semelhança psicológica e no intercâmbio social, nem se baseia totalmente nas coincidências estruturais dos postos de comando e dos interesses” (Mills, 1981, p. 30), mas é a coordenação explícita de interesses dos “círculos superiores”, desenhada na mecânica institucional de busca de interesses diversos pelos homens, “tanto nos processos informais como nos mais formais” dos nossos “comandantes” de colarinho-branco.

A descredito da confusa reflexão do autor, o quadro é agravado quando cita que a elite não é apenas responsável em todas as épocas da história humana e em todas as nações, uma “minoría criadora”, uma “classe dominante”, uma elite “onipotente”, e que condiciona os fatos históricos, apesar de tomarem decisões importantes não são os “fazedores da história”, mas

sofrem com a história. Apesar de afirmar que não se deve atarantar a concepção da elite como “uma teoria sobre seu papel” é simplesmente o poder para Mills que determina a história, um poder institucional e com raízes menos materiais do que deveria se pretender, já que “não importa a nossa definição, o poder de seus membros está sujeito a variações históricas”.

Quando os jornalistas, que tudo sabem, nos dizem que “os acontecimentos, não os homens, modelam as grandes decisões”, estão fazendo eco à teoria da história como Fortuna, Acaso, Destino ou obra da Mão Invisível. Pois “acontecimentos” é apenas uma palavra moderna para essas ideias antigas, que isolam o homem da criação do processo histórico, já que todas levam a acreditar que a história se faz à revelia dos homens. Que a história é uma correnteza sem domínio; que dentro dela há ação, mas não há feitos; que a história é apenas acontecimento e fato que ninguém pretendeu curso de uma série inevitável. O este: quando dos acontecimentos em nossa época depende mais de decisões humanas do que de qualquer destino sentido sociológico de “destino” é simplesmente as decisões são numerosas e de pequenas consequências, todas elas se somam dando um resultado não pretendido pelo homem — a história como destino, portanto. Mas nem todas as épocas são igualmente fatídicas. À medida que o círculo dos que decidem se estreita, os meios de decisão se centralizam e as consequências das decisões se tornam enormes, então o curso dos grandes acontecimentos frequentemente depende das decisões de determinados círculos. Isso não significa necessariamente que o mesmo círculo de homens passa de um acontecimento a outro, de modo que toda a história seja apenas um enredo de sua autoria. O poder da elite não significa necessariamente que a história também não se modele por uma série de pequenas decisões, não conscientes. Não significa que uma centena de pequenas combinações, concessões e adaptações não se possam fundir para constituir a política existente e o acontecimento vivo. A ideia da elite do poder não subentende nada sobre o processo de tomar decisões: é um esforço de delimitar as áreas sociais dentro das quais se desenrola este processo, qualquer que seja seu caráter. É um conceito sobre quem está envolvido pelo processo. O grau de previsão e controle dos que participam das decisões de importância pode também variar. A ideia de uma elite do poder não significa que as estimativas e riscos calculados que servem de base às decisões não estejam frequentemente errados, e que as consequências sejam por vezes — na realidade, frequentemente — imprevistas. Muitas vezes, os que tomam decisões são iludidos pela sua incapacidade e cegados pelos seus próprios erros. (Mills, 1981, p. 31-32).

Não há como resolver esta capciosa contradição teórica, ao avaliar a história como apenas ocorrência de “um fato após outro” (sem sentido ou representa apenas como a “realização de uma determinada trama), em que “nós”, indivíduos de “uma massa” (ou a própria elite, apesar de compormos o enredo desta história) não possuímos “igual poder de fazê-la”, ou melhor de transformá-la, pois é absurdo que “qualquer grupo ou indivíduo é limitado, primeiramente, pelos meios técnicos e institucionais de poder à sua disposição”. É afastado o sentido da história da sociedade como a história da luta de classes, que apresenta uma perspectiva material do poder e da dominação. Para o sociólogo, não temos o mesmo “acesso aos meios de poder” ou “influência igual sobre sua aplicação”, e assim é inviável “pretender

que “nós” sejamos todos fazedores da história” ... “é uma irresponsabilidade porque obscurece qualquer tentativa de localizar a responsabilidade pelas decisões importantes dos homens que têm acesso aos meios do poder” (Mills, 1981, p. 33). Deste modo, é desconsiderado o potencial de organização da classe trabalhadora, ou dos membros da “massa”, os indivíduos que “contestem” a elite estariam fadados a não transformar a história ou a realidade social, ao menos que alcançassem o poder (já que este não está em disputa), destituindo o caráter material e econômico da democracia, a um caráter institucional, normativo ou instrucional-“burocrático”.

Para cada época e cada estrutura social devemos procurar uma resposta à questão do poder da elite. Os fins dos homens são, frequentemente, apenas esperanças, mas os meios são fatos mais ou menos controlados pelos homens. É por isso que todos os meios de poder tendem a se tornar fins para a elite que os comanda. E é por isso que podemos definir a elite do poder em termos dos meios do poder — como sendo os que ocupam os postos de comando. As principais questões sobre a elite americana de hoje — sua composição, sua unidade, seu poder — devem ser examinadas dando-se a devida atenção aos terríveis meios de poder à sua disposição. (...) Mesmo concordando que as estruturas integradas, econômica, militar e política, são feitas de modo a permitir essas decisões, podemos sentir ainda que “elas se governam a si mesmas”, que os homens nos altos postos são, em suma, levados às suas decisões pela “necessidade”, o que presumidamente significa pelos papéis institucionais que desempenham e pela situação dessas instituições na estrutura total da sociedade. (Mills, 1981, p. 34-35).

É importante salientar a preocupação de Mills com a existência dos “muito ricos”, que expressam a desigualdade social latente norte-americana, apesar de narrativas de outros sociólogos afirmarem que, naquela época, os ricos passaram a compor apenas a classe média “Os fabulosamente ricos, bem como os simples milionários, ainda existem muito bem entre nós” (Mills, 1981, p. 113). Há uma explicação, para tamanha fortuna dos “barões ladrões” e “magnatas” que vistos como criminosos “exploraram os recursos nacionais, empenharam-se em guerras econômicas entre si, formaram combinações, transformaram o domínio público em capital particular, e usaram todo e qualquer método para chegar aos seus fins” (Mills, 1981, p. 114). Os métodos além de vias criminais, passavam também por inovações e o uso da inteligência ao progresso do capitalismo, em que através da esperteza pessoal e esforço, foram criados empreendimentos privados mediante novas técnicas e novos processos financeiros, ou através de novas utilizações de técnicas e processos antigos. Assim, o rico acumulador é visto como a mistura do ladrão com o capitalista inovador, que através das relações institucionais desempenham importantes papéis na estrutura social, e que “embora os homens por vezes deem forma às instituições, estas sempre escolhem e formam os homens. Em qualquer período, devemos equilibrar o peso do caráter ou vontade ou inteligência do indivíduo com a estrutura objetiva institucional que lhe permite exercer esse papel” (Mills, 1981, p. 115). Por si só, estes

aspectos morais são também apontados como insuficientes para descrever a atividade dos acumuladores.

Mesmo buscando traçar materialidade aos conceitos de elite, parece haver uma base psicológica e subjetiva maior, pois mesmo reconhecendo que a “chave mais útil, que melhor se coaduna com a mentalidade moderna, é proporcionada por circunstâncias mais objetivas” a estrutura objetiva das oportunidades se relaciona com os “traços pessoais”, que então “levam e estimulam determinados homens a explorar essas oportunidades objetivas que a história econômica lhes proporciona” (Mills, 1981, p. 116). O autor reconhece que foram as condições econômicas, materiais e políticas que permitiu aos homens acumularem as grandes fortunas, através de recursos “nacionais” – que mantiveram o “capitalismo como uma máquina produtiva e fazedora de dinheiro”. Afirmava que as grandes fortunas americanas são características de um determinado “modo de industrialização” ocorrido “num determinado país”, e assim através da empresa particular esta forma de industrialização possibilitou “aos homens ocuparem posições estratégicas” para dominar “os meios fabulosos da produção do homem; ligar o poder da ciência e do trabalho; controlar as relações do homem com a natureza — e ganhar milhões com isso” (Mills, 1981, p. 118).

Não é a intuição que nos faz vê-lo — podemos prever facilmente isto em relação a países ainda não industrializados, e podemos confirmá-lo pela observação (...) na América foi a forma pela qual um vasto continente rural se transformou numa grande máquina industrial. E foi a forma que envolveu e permitiu aos grandes acumuladores juntar suas fortunas graças ao processo industrial. As oportunidades de reunir grandes fortunas com a industrialização da América incluíram muitos fatos e forças que não dependeram, e não podiam depender, do modo de ser dos muito ricos, ou de qualquer coisa que tenham feito ou deixado de fazer. (Mills, 1981, p. 118).

O sociólogo explicita acerca do processo de enriquecimento dos que podem ser considerados “muito ricos”, no entanto sem apresentar qualquer novidade, ou ao menos explicitar o processo histórico de exploração da força de trabalho negra nos Estados Unidos (EUA). Mills afirma que “os muito ricos têm usado as leis existentes, as têm burlado e violado, bem como criado leis para seu benefício direto”, e que foi o Estado o garantidor deste processo, assegurando “o direito da propriedade privada”⁷, porém de “capitão da indústria” o papel dos

⁷ De acordo com Mills, o Estado não apenas “garantiu o direito da propriedade privada”, mas também foi responsável por utilizar de meios legais em benefício dos ricos. O Estado “legalizou a existência da grande empresa, e por novas leis, pela interpretação de leis antigas e falta de autoridade tornou possível o seu desenvolvimento. Assim, os muito ricos puderam utilizar o recurso da sociedade anônima para empreender muitas aventuras ao mesmo tempo e especular com o dinheiro dos outros. Quando o truste foi considerado ilegal, a lei das companhias de holding permitiu, por outros meios, que uma empresa possuísse ações de outras. Dentro em pouco, “a formação e financiamento de companhias de holding proporcionaram o caminho mais fácil do enriquecimento rápido que já existiu legalmente nos Estados Unidos”. Nos últimos anos dos altos impostos, uma combinação de cancelamentos de impostos e lucros de capital ajudou a acumulação de fortunas particulares antes

muito ricos passa a ser o de “general das finanças” em que são realizadas manipulações financeiras para o enriquecimento de uma parcela da população (Mills, 1981, p. 119).

Mills (1981) reconhece que no século XX, nos EUA, é cada vez mais difícil ganhar e acumular dinheiro para se tornar rico, e “conseguir chegar ao alto” (Mills, 1981, p. 140), pois não é muito comum criar uma “grande fortuna americana apenas através de um pequeno negócio, ou até fazer dele uma grande empresa” (*idem*). Torna-se rico exige “um arrastar-se lento, burocrático” (*idem*), sendo mais fácil falir, e sendo mais seguro “nascer no alto” (*idem*).

Nas gerações anteriores, a principal oportunidade, habitualmente, com o dinheiro de outros, constituía a chave. Nas gerações mais recentes, a acumulação de vantagens baseadas na posição do avô e do pai substitui a grande oportunidade. Nas três últimas gerações, a tendência é inequívoca: hoje, apenas 996 dos muito ricos vieram de baixo; apenas 2396 eram da classe média; 6896 vieram das classes superiores. (...) Suas atividades econômicas são, evidentemente, atividades de empresa: promoção, administração, direção e especulação. Além do mais, as famílias de fortuna ao penetrarem no mundo da empresa, ali encontraram os administradores dessas fortunas que, como tivemos oportunidade de ver, não são exatamente pobres, e não constituem na realidade uma espécie econômica totalmente diversa dos muito ricos. O centro de organização das classes de fortuna se deslocou, evidentemente, o bastante para incluir outros poderes além dos representados pelas grandes famílias ricas. O sistema de propriedade, do qual os homens ricos formam parte tão essencial, foi fortalecido pela sua reorganização administrativa, e vem sendo suplementado pela camada executiva, dentro e entre as grandes empreitadas, que trabalha ativamente no interesse dos ricos associados. (Mills, 1981, p. 141-142).

As empresas passam então a instituir-se como “centros organizados do sistema de propriedade privada”, e assim seus principais executivos tornam-se os organizadores desse sistema”, passando a instaurar o que Mills (1981), chama de “revolução administrativa” em que os homens econômicos passam a transformar “a propriedade de uma ferramenta de operário”, para um “instrumento complexo pelo qual o trabalho deste é controlado, obtendo-se lucro com ele” (Mills, 1981, p. 145). No entanto, isto apenas não basta, é necessário, como critério para o progresso, ocupar a política, passando de administradores de empresas, ou melhor, “chefes”, à administradores do Estado, pois, “a tendência no mundo das empresas é unir as unidades financeiras maiores em complexas redes de administração”, e assim as corporações permeiam o poder político.

Deste modo, o autor chama atenção para a ausência de um autêntico serviço público norte-americano, já que é precária a estrutura e constituição do Poder Executivo nos EUA. Os executivos se mostram “homens estranhos à política que ocupam” e aos postos de comando do Executivo, compondo uma espécie de “ricos associados”. Assim, o sociólogo afirma que “nem

de se tornarem incorporadas” (Mills, 1981, p. 119).

o avanço através da burocracia nem a proteção partidária constituem a regra para o político não profissional. Como na organização particular, a regra é a escolha pelos que já assumiram os postos de comando e pertencem aos mesmos grupos” (Mills, 1981, p. 281), o que nos parece uma espécie de “vulgarização da política” e da democracia representativa. O autor então é irônico ao dizer que

A ascensão do homem estranho à política no moderno diretório político não é simplesmente mais um aspecto da “burocratização” do Estado. De fato, como no caso da ascendência militar, o problema que o homem estranho à política cria para os teóricos da democracia está, em primeiro lugar, relacionado com a ausência de uma burocracia autêntica. Pois é em parte no lugar desta que a pseudoburocracia dos homens estranhos à política, bem como o regime de proteção partidária, passou a predominar. Por uma burocracia “autêntica” entendemos uma hierarquia organizada de capacitação e autoridade, dentro da qual todo posto e cargo se limitasse a suas tarefas especializadas. Os que ocupam tais postos não são donos do equipamento necessário para o cumprimento de suas obrigações, e pessoalmente não têm autoridade: a autoridade que desfrutam lhes é atribuída em função dos cargos que ocupam. Seu salário, juntamente com a consideração devida ao posto, é a única remuneração proporcionada. O burocrata ou servidor público, portanto, é acima de tudo um perito cujo conhecimento e habilidade foram comprovados por um exame de habilitação, e mais tarde em sua carreira, pela experiência. Como homem capacitado, tem acesso a seu posto, e seu progresso no sentido de postos mais altos é regulado por provas de competência mais ou menos formais. Pela aspiração e pelas realizações, está apto a uma carreira, regulamentada segundo o mérito e antiguidade, dentro da hierarquia predeterminada da burocracia. É além disso, um homem disciplinado cuja conduta pode ser facilmente prevista, e que colocará em prática a política adotada, mesmo que seja contra sua vontade, pois suas “opiniões meramente pessoais” estão rigorosamente distinguidas de sua vida, perspectivas e deveres oficiais. Socialmente, o burocrata é formal com seus colegas, já que o funcionamento tranquilo da hierarquia burocrática exige um equilíbrio adequado entre a boa vontade pessoal e uma distância social compatível com o posto. (Mills, 1981, p. 182-183).

Porém, para o estudioso, mesmo que os políticos apenas se aproximem da imagem da burocracia “romântica” descrita, a burocracia deve ser considerada como “uma forma de organização humana muito eficiente. Mas esse corpo orgânico é muito difícil de ser desenvolvido, e a tentativa pode resultar facilmente numa máquina barulhenta e desajeitada, tacanha e enredada em processos, ao invés de um instrumento de execução de políticas” (*idem*). Assim qualquer integridade da “burocracia como unidade de governo” estará subordinada às mudanças na administração política, já que a “integridade do burocrata profissional”, por sua vez, dependerá da representação da sua conduta oficial, da forma pessoal, de códigos oficiais, e, principalmente, “o da neutralidade política”. Este ponto além de inserir a burocracia em uma dinâmica utilitarista, altera a visão “universal” desta importante categoria para algo “simplório” e “singularizado”. A burocracia

servirá a uma nova administração política e à sua orientação com a mesma lealdade que serviu à anterior. É esse o sentido político da burocracia autêntica. Pois o burocrata, como tal, não determina a orientação; proporciona informações importantes para isso, e põe em prática a política que se torna oficial. Com um quadro mais ou menos permanente, com uma hierarquia mais ou menos permanente, a burocracia só deve fidelidade à orientação que lhe for traçada. (Mills, 1981, p. 314).

Mills (1981) relata de modo polêmico que o governo civil norte-americano jamais alcançou “uma burocracia autêntica”, uma vez que a constituição do Serviço Público se modificou, sempre, a partir das mudanças da administração política. Afirma que o “empecilho histórico” para o melhor desenvolvimento de uma “burocracia administrativa” nos Estados Unidos é o “sistema de proteção dos partidos, que como máquinas usam os empregos para dar compensações, tornando impossíveis a disciplina e o recrutamento à base de capacidade” (Mills, 1981, p. 287). Assim há um forte elo, que entrelaça “cargos públicos”⁸, “carreira comercial” ou “jurídica” executado nas empresas particulares, gerando instabilidade e insegurança para a carreira do corpo administrativo do serviço público, que vive ao léu das mudanças da administração política, já que “nem os políticos partidários nem os burocratas profissionais são hoje os centros executivos de decisão; esses centros estão ocupados pelo diretório político da elite do poder” (Mills, 1981, p. 288).

É desta forma, que o autor busca criticar a ideia de “Teoria do equilíbrio”, demonstrando as nuances da “mecânica do poder”, em que parece haver pelos americanos a noção de que o governo “é uma espécie de máquina automática”, regulada pelo equilíbrio de interesses opostos, ou seja, “a imagem da política é simplesmente uma transferência da imagem oficial da economia”. Este ideal do “equilíbrio automático” atingiu o auge de sua elaboração nos termos econômicos do século XVIII, por John Adams, e tem na imagem do Congresso americano sua idealização.

Não há, porém, como alcançar o “Equilíbrio de poder” já que isto implica uma igualdade de poder, com honra e justiça, pois se para um homem se alcança o equilíbrio honroso, para outro se tem o “desequilíbrio injusto”. Nota-se a impossibilidade de equilibrar interesses

⁸ O servidor público, ou melhor “o homem superior”, da teoria millsiana, que pudesse se inclinar para uma carreira profissional no governo, não estaria disposto a enfrentar “os perigos políticos e a impotência administrativa”. (Mills, 1981, p. 288). “Será impossível atrair gente de capacidade intelectual para uma burocracia autêntica, se o Serviço Público for mantido num estado de apreensão política; isso serve apenas para escolher mediocridades e prepará-las para uma conformidade sem discernimento. Será impossível atrair pessoal moralmente adequado, enquanto os funcionários públicos tiverem de trabalhar num ambiente de desconfiança universal, paralisados pela suspeita e pelo receio. E numa sociedade que considera o dinheiro como o melhor indicador de valores, nenhum serviço público realmente independente poderá ser organizado — seja com recrutados da classe média ou da superior — se não proporcionar uma compensação correspondente à oferecida pelos empregos particulares. Aposentadoria e estabilidade não compensam os baixos salários dos funcionários públicos, pois os executivos de empresas, como já vimos, gozam hoje desses privilégios, e muitos outros” (Mills, 1981, p. 287-288).

comuns, a moral, a ambição, a justiça e o progresso.

Os grupos ascendentes naturalmente se apressam a proclamar um justo equilíbrio de poder e uma verdadeira harmonia de interesses, pois preferem que seu domínio seja ininterrupto e pacífico. Por isso, os homens de grandes negócios condenam os **pequenos líderes trabalhistas como “perturbadores da paz”** e os consideram empecilhos aos interesses universais da colaboração entre o capital e o trabalho. Da mesma forma, as nações privilegiadas condenam as mais fracas em nome do internacionalismo, defendendo com noções morais o que já foi conquistado pela força contra os que nada têm, e que pretendendo mais tarde a ascensão ou a igualdade, só podem esperar uma modificação do status quo pela força. A noção de que a mudança social se processa por uma troca tolerante, pelas concessões e por uma rede de vetos de um interesse equilibrado pelos vetos de outros supõe que tudo isso ocorre dentro de uma estrutura mais ou menos estável, que não se modifica, que todas as questões estão sujeitas a concessões, e são, portanto, naturalmente harmoniosas, ou podem vir a ser. Aqueles que lucram pela estrutura geral do status quo podem sustentar, com mais facilidade do que os descontentes, opiniões como a mecânica da mudança social. (Mills, 1981, p. 297, grifo nosso).

O autor declara que o poder do Congresso centraliza o controle da legislação, e que está sujeito a modificações decisivas da administração. Neste sentido, alerta que outra forma de exercício do poder através dos “políticos profissionais” é realizada dentro e entre as repartições “mais ou menos burocráticas” da administração.

Cada vez mais, o político profissional procura conjugar-se com o administrador que chefia um departamento, uma comissão ou uma repartição, a fim de exercer o poder com ele, contra outros administradores e políticos, frequentemente através de processos radicais. A distinção tradicional entre “legislação” como elaboração de política, e “administração”, como sua realização, desapareceu de ambos os lados. A participação que o político tem na orientação do Estado moderno se faz menos pelo seu voto contra ou a favor de uma lei do que pela sua participação num grupo que esteja em condições de influenciar os postos de comando da administração executiva, ou pela não-investigação de áreas sensíveis e do interesse de certos grupos. É como membro desses grupos selecionados que o político profissional, representando interesses variados, por vezes se torna importante para as decisões de consequências nacionais. (Mills, 1981, p. 306-307).

O “poder” estaria então subordinado à pequenos grupos dentro da burocracia do Estado capitalista, e seus processos se realizariam mediante a relação e interação destes grupos, em que o congresso é rendido por um sistema de “compensações e concessões”. “A imagem do poder e da decisão é a imagem de uma sociedade equilibrada onde nenhum grupo é bastante forte para avançar senão um pouco de cada vez, contrabalançado por outras forças e na qual, portanto, não há unidade, e muito menos coordenação, entre os altos círculos” (Mills, 1981, p. 315). Deste modo, o sociólogo relata a ideia de um “sistema de poder”, que infere a existência de uma “sociedade equilibrada”, pois para Mills, os grandes interesses frequentemente “competem menos entre si, no esforço de promover seus vários interesses, do que coincidem em muitos

pontos e, na realidade, se unem sob o manto do governo”. Esta ideia “conspiratória” reforça a perspectiva de que “as unidades em equilíbrio” da sociedade, são equilibradas de modo “independentes entre si”, “pois se o capital e o trabalho, ou o capital e o governo, por exemplo, não forem independentes um do outro, não poderão ser considerados como elementos de um equilíbrio livre e aberto” (Mills, 1981, p. 316). Nesta perspectiva analítica as relações sociais são ilustradas de modo fragmentado, como “unidades de poder interdependentes”, ou melhor “as unidades do poder político e econômico não só se tornam maiores e mais centralizadas como passam a coincidir em seus interesses e a celebrar alianças explícitas e tácitas” (Mills, 1981, p. 315).

É notável que para o autor a “teoria do poder” é estreitamente relacionada a um preceito de “burocracia elitista estatal”, em que intermediários do poder, “solucionadores de conflitos e harmonizadores de interesses vários e em choque”, representam e “personificam, interesses e políticas nacionais perfeitamente específicos”.

Embora os políticos profissionais partidários possam, ainda por vezes, funcionar como intermediários do poder, harmonizadores de interesses, negociadores de questões, já não estão na cúpula do Estado, nem no alto do sistema de poder como um todo. **A ideia de que o sistema de poder é uma sociedade em equilíbrio nos leva a supor que o Estado seja uma máscara visível para forças autônomas, mas na realidade a capacidade de decisão está agora firmemente assentada sobre o Estado.** A “governamentalização das pressões” ocorreu tanto no Legislativo como no Executivo, e entre eles. **A burocracia executiva se torna não só o centro de poder, mas também, a arena dentro da qual e em termos da qual todos os conflitos de poder são resolvidos, ou negam-se soluções a eles.** A administração substituiu a política eleitoreira, as manobras dos grupos substituem os choques dos partidos. (Mills, 1981, p. 317-318, grifos nossos).

A face subjetiva do poder, no entanto é resvalada por aspectos psicológicos e identitários, já que para Mills a noção da “elite do poder” não pode ser embasada exclusivamente na mecânica institucional que levou à sua formação, bem como também não podemos “baseá-la apenas na origem e carreira dos que a compõem”. Precisamos de ambas e de outras bases para delimitar esta elite, um exemplo que aponta é a “mesclagem de status”. “A esfera do status social tem refletido as fases da elite do poder” (Mills, 1981, p. 333).

Toda a coincidência estrutural de seus interesses, bem como a realidade psicológica complexa de suas origens e educação, suas carreiras e ascensão, tornam possíveis as afinidades psicológicas que existem entre eles, e que lhes permitem dizer, uns dos outros: “Ele é sem dúvida um dos nossos.” E tudo isso indica o sentido básico, psicológico, da consciência de classe. Em nenhum outro setor da América existe uma “consciência de classe” como entre a elite; em nenhum outro é organizada tão eficientemente como na elite. Pois entendemos como consciência de classe, como fato psicológico, a aceitação pelo círculo, como a imagem do seu próprio eu. Dentro dos altos círculos da elite do poder, existem grupos e facções; há conflitos de orientação, e chocam-

se as ambições pessoais. (Mills, 1981, p. 334-335).

Em vista disto, a elite não pode ser realmente imaginada como homens que estão apenas cumprindo o dever. Seus membros não são meros burocratas: “comandam burocracias”. Enfrentam decisões para as quais simplesmente não há tradições (Mills, 1981, p. 337-338).

Neste cerne da elite do poder observam-se que seus membros trocam entre si os papéis de comando “no alto da ordem institucional dominante” com os que ocupam – já que “o almirante que é também banqueiro e o advogado que chefia uma importante comissão federal, ou seja, durante sua carreira, os membros da elite do poder trocam de papéis e transcendem prontamente a particularidade de interesses de qualquer um desses meios institucionais. O mentor da ideia da “elite do poder” afirma, de modo resumido, que podemos através de seu conceito perceber o sentido das (1) “tendências institucionais decisivas” que caracterizavam a estrutura social, e os interesses objetivos parecidos entre as instituições econômicas, militares e políticas; (2) “as semelhanças sociais e afinidades psicológicas” dos homens de colarinho-branco nestas estruturas; (3) “as ramificações” do tipo de decisões tomadas no alto, e “a subida ao poder de um grupo de homens” pelo treinamento e vocação, que não sofrem as limitações da formação democrática dos partidos (Mills, 1981, p. 348-349). Assim, de modo negativo a formação desta elite repousa nos seguintes aspectos da sociedade capitalista

(1) rebaixamento dos políticos partidários aos níveis médios do poder; (2) impasse semi-organizado dos interesses das localidades soberanas no qual a função legislativa caiu; (3) a ausência praticamente total de um serviço público que constitua um repositório politicamente neutro, mas relevante, de capacidade intelectual e executiva, e; (4) o aumento do sigilo oficial atrás do qual se tomam as grandes decisões, sem qualquer debate popular pelo Congresso. (Mills, 1981, p. 348-349).

Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo abordar alguns conceitos e categorias que Charles Wright Mills buscou formular ao longo de sua produção intelectual. Nota-se que sua visão limitada sobre a forma e o sentido da “elite do poder”, diminuta em três séries de “tendências estruturais” (econômica, política e militar), sepulta a burocracia como “modus operandi” da elite e de seus personagens, que subjetivamente e psicologicamente notam “identidade”, e se aliam para domínio e soberania de interesses apenas em momentos de crise. Esta visão limitada dos recursos burocráticos ocultam o potencial histórico de transformação da sociedade, permanecendo a crença de um Estado capitalista capaz de alcançar a “eficiência”.

As análises do autor parecem revelar algo já conhecido, no entanto, não traçam ou abordam estratégias de transformação social, apenas desvelando (sob uma lupa seletiva) as

desgraças norte-americanas. Essencialmente Mills parece esquecer de aprofundar o debate sobre poder, pobreza e exploração, preferindo discutir sobre a dominação e a massa que a elite sova.

Sem dúvidas, é necessário salientar a importância de seus escritos em seu tempo, em que a sociologia norte-americana se apresentava de modo inacessível e academicista. Avalio que foi essencial o aprendizado ofertado pelo debate e leituras da produção de Mills, buscando compreender as mazelas da pós-modernidade e indícios do neoconservadorismo contraditório da sociologia norte-americana, que incidem sob a teoria social contemporânea.

Referências bibliográficas

- MILLS, W. C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
MILLS, W. C. *A nova classe média (White Collar)*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.
MILLS, W. C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.
NETTO, J. P. De motocicleta e de marxismo – saudades de C. W. Mills. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/05/de-motocicleta-e-de-marxismo-saudades-de-c-w-mills/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.